



CRÉDITO RURAL

Gestão de riscos e oportunidades de
financiamento para a produção sustentável



GOOD
GROWTH
PARTNERSHIP

CONSERVAÇÃO
INTERNACIONAL



Brasil

PERSPECTIVAS DE GÊNERO PARA UMA
PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL NO MATOPIBA

CRÉDITO RURAL

Gestão de riscos e oportunidades de
financiamento para a produção sustentável

Brasília/DF, 2021

REALIZAÇÃO

Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil)

COORDENAÇÃO E REVISÃO

Gerente Sênior de Produção Sustentável

Karine Barcelos

Coordenadora de Projetos

Iamilly Cunha

PESQUISA E CONTEÚDO

Coordenação

Ana Cecília Kreter (EConsult)

Especialista Técnico

Jefferson Staduto (EConsult)

Especialista de Comunicação

Mariana Cristina dos Santos Resende (EConsult)

Assistentes

Patrícia Estanislau, Rafael Pastre, Cleyton Vilarino

COAUTORIA

Priscila Zeraik de Souza, Stela Herschmann, Thaís Fontes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Javiera de la Fuente C.

ILUSTRAÇÕES

Augusto Lopes dos Santos Borges, Leonardo Simão Lago Alvite

TABELAS E GRÁFICOS

Jefferson Staduto, Ana Cecília Kreter

FOTOS

iStock (capa), Flavio Forner / Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), Wenderson Araujo / Sistema CNA / Senar, iStock, Pixabay

1ª edição

A série de cartilhas *Perspectivas de Gênero para uma Produção Sustentável no MATOPIBA* faz parte da iniciativa global Parceria para o Bom Desenvolvimento (Good Growth Partnership – GGP), implementada pela Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF). No Brasil, o projeto visa promover o estabelecimento de paisagens agrícolas sustentáveis que conciliem a produção de soja e a conservação da natureza na região do MATOPIBA.

APRESENTAÇÃO

Assegurar a eficiência na gestão de recursos naturais e garantir sua manutenção para as futuras gerações são algumas das grandes questões quando se discutem sustentabilidade do empreendimento, aumento da produção e manutenção do bem-estar da população no campo.

Se todas essas variáveis são imprescindíveis para compreender o que é o meio rural brasileiro, discutir o papel da mulher, suas peculiaridades e suas oportunidades torna a análise ainda mais instigante. Mais que compilar números, perceber essa realidade a partir do olhar feminino traz elementos que expressam uma rica narrativa de mudanças na estrutura da própria sociedade, estabelecendo novos paradigmas para uma produção mais sustentável.

É pensando nisso que o projeto Parceria para o Bom Desenvolvimento, por meio do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF), publica a coleção de dez cartilhas intitulada **Perspectivas de Gênero para uma Produção Sustentável no MATOPIBA**.

Nesta cartilha, trazemos o tema **Crédito Rural: gestão de riscos e oportunidades de financiamento para a produção sustentável**. Qual é o papel/peso do elemento de gênero nessa discussão? Como ele se insere na dinâmica atual de tomada de crédito no Brasil e impacta o cenário da produção agropecuária? E qual a percepção de mulheres que atuam nessa temática? Essas são algumas das perguntas norteadoras a que buscamos responder. E, para contribuir com esse olhar, no decorrer desta publicação, apresentaremos as percepções das especialistas **Priscila Zeraik de Souza, Stela Herschmann e Thaís Fontes**.

Boa leitura!



INTRODUÇÃO

Esta cartilha é uma contribuição para a análise da dinâmica do crédito rural sob a perspectiva de gênero. A partir da narrativa das especialistas, foram apresentadas as principais linhas de crédito que envolvem os temas mulher e sustentabilidade, além de alguns números representativos do montante ofertado e contratado no MATOPIBA – acrônimo criado a partir das iniciais dos respectivos estados componentes: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. As condições de quem assume o crédito e a liquidação da dívida depois de tomada são contadas pelas especialistas a partir de suas experiências. Elas comentam ainda o que os números têm mostrado sobre a realidade creditícia do campo. A percepção delas é o fio condutor dessa importante parte da história.

A pandemia ocasionada pela Covid-19 impôs grandes desafios para esta produção. No entanto, a tecnologia, tão mencionada no meio rural como forma de melhoria dos processos e procedimentos no campo, também foi uma forte aliada para a elaboração deste documento. Foram realizados levantamentos e análises de dados oficiais brasileiros e entrevistas virtuais direcionadas para mulheres que vivenciam como se dá o mercado de crédito no país. Verificou-se também se programas direcionados para as mulheres têm sido efetivos.



PRISCILA ZERAIK DE SOUZA

Economista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui mestrado na Fundação Getúlio Vargas (FGV), também em economia, com PhD na área na Universidade de Yale. Há dez anos, produz estudos em desenvolvimento econômico e economia do trabalho. Foi professora de economia na Universidade de Toulouse. Desde 2014, é coordenadora de avaliação de políticas públicas no Climate Policy Initiative (CPI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

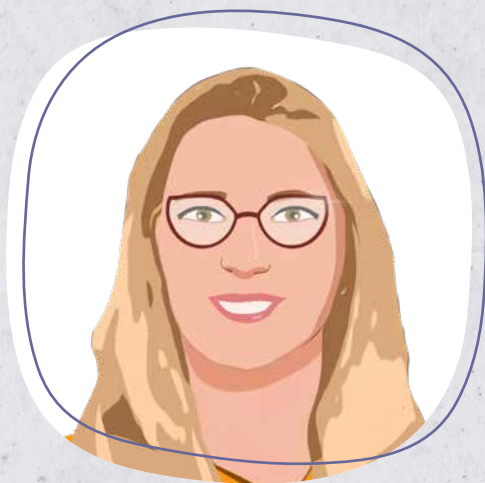
Advogada, Stela é graduada e pós-graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui mestrado em direito ambiental e políticas ambientais na Duke University (Estados Unidos) e mestrado em administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com foco em avaliação de políticas públicas. Tem vasta experiência com questões climáticas, tendo trabalhado em organizações não governamentais (ONGs) americanas voltadas a estratégias de mobilização e de *advocacy* para soluções de mitigação rápida das mudanças climáticas. Atuou até 2021 como analista de instrumentos financeiros no Climate Policy Initiative (CPI) da PUC-Rio.

STELA HERSCHMANN



THAÍS FONTES

Formada em veterinária, com pós-graduação em gestão da qualidade de alimentos e processos e MBA em agronegócio pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP). Thaís trabalhou durante quase uma década na indústria de alimentos para animais, na área de qualidade e processos. Integrou a equipe de sustentabilidade do Rabobank em 2012, assumindo a gerência da área em 2016. Desde março de 2021, está em um outro time (Food & Agri Networks), focado na transição de sistemas de produção de alimentos nas redes e nas coalizões públicas e privadas do banco. O Rabobank é um banco de origem holandesa, especializado no setor do agronegócio, fundado em 1895 e atuante no Brasil há trinta anos.



O QUE É O CRÉDITO RURAL?

É o suprimento de recursos financeiros, por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares (instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR), destinados a produtores rurais e suas cooperativas, para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR).

Fonte: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), 2018.

O processo de modernização da agropecuária brasileira iniciado na década de 70 foi fundamental para que o país, nas três décadas seguintes, se firmasse como um dos principais fornecedores de alimentos e insumos do mundo. Além da tecnologia, outro instrumento relevante foi a criação de um sistema de crédito rural, subsidiado e direcionado, com taxas de juros (nominais) mais baixas que as de mercado. A implementação desse sistema foi fundamental para capitalizar os produtores e impulsionar a expansão da produção nacional, em especial de *commodities* agrícolas, como a soja, em detrimento de produtos típicos do mercado doméstico, como feijão e mandioca. O crédito foi o divisor de águas no modo de produção nacional, viabilizando financeiramente a compra de inovações, levando em conta as nossas condições de clima, solo e relevo de cada região.

O crédito para o setor agropecuário foi estabelecido por meio da constituição do SNCR – Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 – e constituído pelo Banco Central do Brasil, pelo Banco do Brasil S/A, pelo Banco da Amazônia S/A e pelo Banco do Nordeste S/A. Os órgãos vinculados ao SNCR são o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os bancos privados e estaduais, as caixas econômicas, as cooperativas de crédito rural e as sociedades de crédito, financiamento e investimentos.

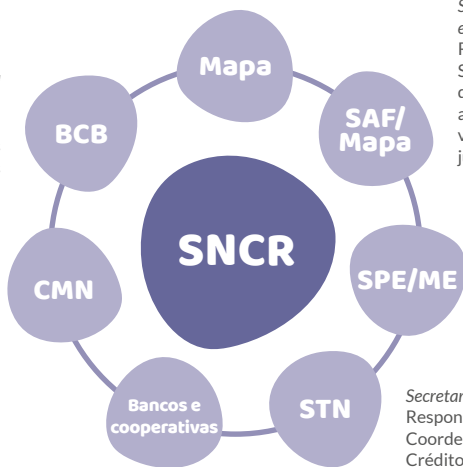
Figura 1 - Sistema Nacional do Crédito Rural

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Responsável, em conjunto com a SPE, pela definição das condições dos financiamentos destinados à agricultura empresarial, como o volume de recursos, as taxas de juros, os prazos etc.

Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
Responsável, em conjunto com a SPE, pela definição das condições dos financiamentos destinados à agricultura familiar, como o volume de recursos, as taxas de juros, os prazos etc.

Banco Central do Brasil
Responsável pela fiscalização das operações e pela definição das exigibilidades das fontes de recursos

Conselho Monetário Nacional
Composto pelo ministro da Economia, pelo presidente do BCB e pelo secretário de Fazenda do ME. É o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O CMN tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, além de aprovar as resoluções que definem as condições dos financiamentos



Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia
Responsável, em conjunto com o Mapa, pela definição das condições dos financiamentos, como o volume de recursos, as taxas de juros, os prazos etc.

Secretaria do Tesouro Nacional
Responsável, por meio da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional (Copec), pelo pagamento da subvenção. Estabelece a remuneração dos bancos e faz análise do aspecto fiscal

Realizam as operações junto aos mutuários

Fonte: Vesconi (2018).

Além do sistema de crédito, o setor agropecuário contou ainda com pesquisa e desenvolvimento (P&D) de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Particularmente no caso da soja, o crédito e o melhoramento genético permitiram não só um aumento de produtividade como também a expansão da produção para outras regiões do país, avançando a fronteira agrícola¹.

Esse avanço foi muito dinâmico nas últimas duas décadas do século XX, em especial no bioma Cerrado, que se tornou o principal produtor de grãos do país. Paralelamente, o Brasil foi pioneiro em algumas técnicas de produção mais sustentáveis, como o plantio direto, usadas mais recentemente no MATOPIBA. Isso sinaliza que as regiões mais novas de produção de grãos podem aumentar ainda mais o nível de sustentabilidade dentro da porteira. E o crédito rural pode ser o instrumento-chave para a adoção dessas tecnologias.

1. Diniz (1995).

E por que o crédito rural?

Para a especialista Priscila Zeraik de Souza, que é coordenadora de avaliação de políticas públicas do Climate Policy Initiative (CPI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), o motivo fundamental é que o crédito rural é a principal política que nós temos para o setor agropecuário. Em termos de volume, ele já ultrapassa R\$ 200 bilhões anuais – montante altamente significativo. Ela explica que o crédito rural é importante, em grande parte, porque é um recurso subsidiado e que tem um impacto importantíssimo no uso da terra. "Se nós queremos uma produção agropecuária mais sustentável, temos que produzir melhor e usar menos terra. Nós precisamos que essa política pública seja a mais eficiente possível", destaca.



COMO ESTÁ DISTRIBUÍDO O CRÉDITO RURAL ATUALMENTE NO BRASIL?

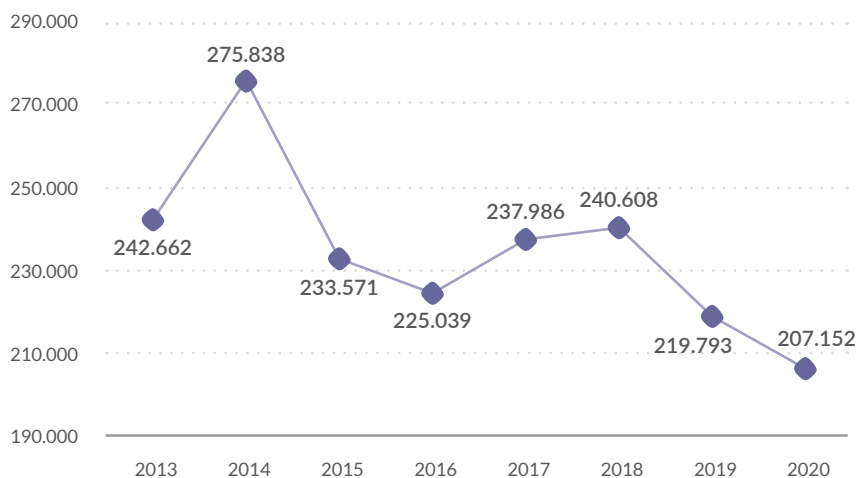
A disponibilidade de crédito passou por vários períodos: do grande volume ao racionamento. De forma estilizada, a década de 70 foi a primeira fase de concessão a taxas de juros subsidiadas. Esse período foi determinante para o longo processo de evolução do agro nacional. Na década seguinte, o setor não ficou imune à profunda crise econômica, causada pelo processo inflacionário e agravada pela crise fiscal e pela dívida externa. Para o sistema de crédito, os anos 80 foram considerados a década perdida. Nesse período, houve redução de volume e, mesmo com a criação de algumas fontes de financiamento, outras fontes do fundo do SNCR foram extintas.

Com a estabilização da moeda nacional na segunda metade da década de 90, proliferaram os instrumentos financeiros para complementar e substituir os

recursos públicos, com destaque para o Fundo de Commodities, a Cédula do Produto Rural e a Bolsa de Mercadorias e Futuros, com o lançamento de vários derivativos agropecuários. Outra novidade entrou em cena: o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), estabelecendo várias linhas de crédito direcionadas aos pequenos produtores rurais.

Ao longo da primeira década do século XXI, o crédito voltou a crescer em volume. No conjunto das novas linhas criadas pelo governo federal, algumas delas tiveram mais destaque. O setor passou a contar com outros produtos financeiros, com os recursos não controlados pelo governo, que possibilitaram o financiamento da produção, e com o sistema de seguro da produção rural, também conhecido como securitização do agro. Esse movimento se aprofundou na década seguinte. A redução da taxa de juros básica passou a estimular a participação dos recursos não controlados (privados), com destaque para a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). As cooperativas de crédito também aumentaram a sua participação como fomentadoras de crédito. Nos últimos anos, houve redução no volume de crédito rural, com quedas mais acentuadas a partir de 2015 e de 2018. No entanto, diante da profunda crise fiscal que vive o país, poderíamos ter tido uma contração ainda mais intensa.

Gráfico 1 - Brasil: volume total de crédito rural* (2013-2020) (em R\$ milhões)

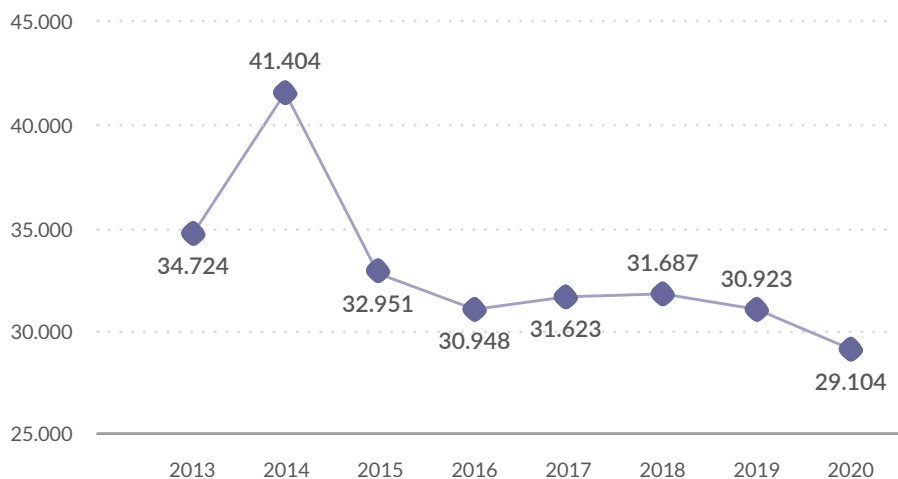


Fonte: Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor) do BCB, 2021.

*Valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) para 2020.

De fato, o século XXI tem trazido novos desafios para o setor e, consequentemente, uma nova estrutura de concessão de crédito. Os médios e grandes produtores, que estão mais próximos do mercado internacional, ainda representam a maior parte do crédito subsidiado no país. No entanto, existe um movimento de migração desse grupo para o crédito privado, enquanto a agricultura familiar está mais próxima do sistema creditício público. E o Pronaf claramente cresceu em termos de volume e de modalidade, com a implementação de novas linhas para atender à grande diversificação produtiva e fortalecer alguns grupos populacionais. Seu volume total apresentou comportamento semelhante ao crédito rural como um todo.

Gráfico 2 - Brasil: Pronaf – volume financeiro, crédito de custeio e investimento*
(2013-2020) (em R\$ milhões)

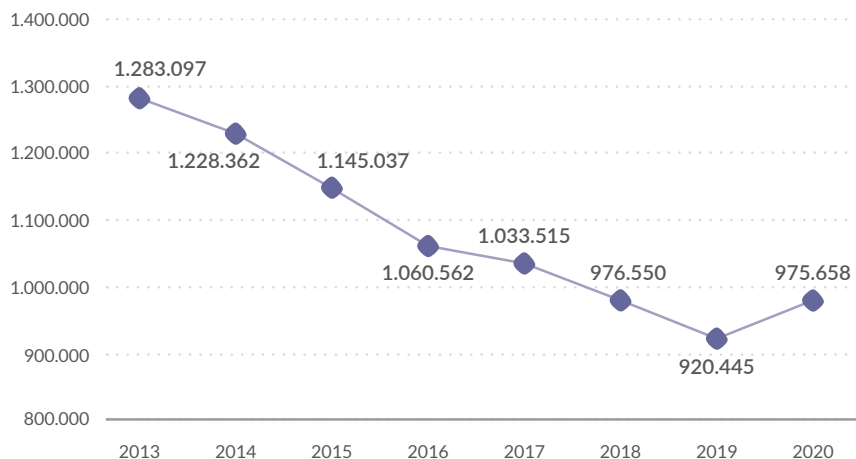


Fonte: Sicor/BCB, 2021.

*Valores corrigidos pelo IGP-DI para 2020.

A queda em um terço no número de contratos no mesmo período indica, por um lado, que um número expressivo de agricultores familiares não está sendo mais atendido e, por outro, que os contratos efetivados movimentam montantes mais elevados.

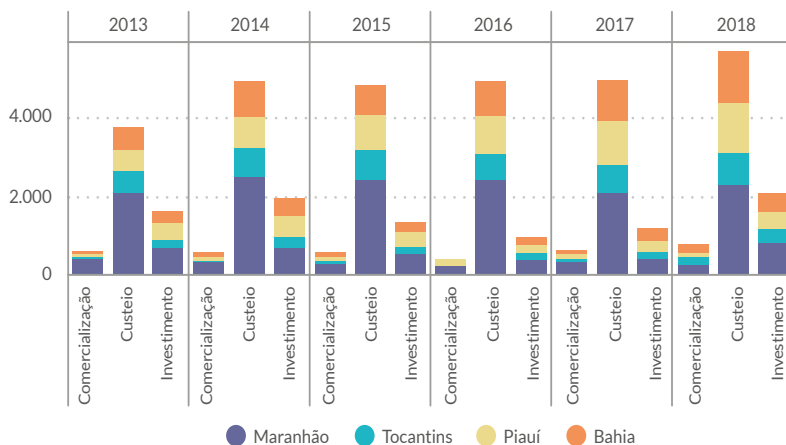
Gráfico 3 - Brasil: Pronaf – volume de contratos, crédito de custeio e investimento (2013-2020) (em quantidade)



Fonte: Sicor/BCB, 2021.

No caso do MATOPIBA, o comportamento do volume de crédito rural é semelhante ao apresentado para o Brasil. Entre 2013 e 2018, houve expansão em todos os estados, mostrando que os recursos do SNCR são importantes para financiar a produção.

Gráfico 4 - MATOPIBA: volume total de crédito rural (2013-2018) (em R\$ milhões)



Fonte: Sicor/BCB, 2021.

Elaboração: Embrapa.

Crédito focalizado para mulheres

O Pronaf Mulher, criado em 2004, foi mais uma forma de ampliar o acesso das mulheres ao crédito e aumentar a sua inserção social e econômica. Sabendo que o crédito costuma ser concedido aos dirigentes de estabelecimentos agropecuários, fizemos o levantamento do perfil das mulheres pertencentes a esse contingente e com residência no MATOPIBA. Segundo o censo agropecuário de 2017, elas têm entre 45 e 65 anos e possuem estabelecimentos menores – são, em sua maioria, pequenas produtoras ou agricultoras familiares.

Segundo o CPI/PUC-Rio, em 2018-2019, 32% dos contratos do Pronaf foram tomados por mulheres no Brasil. Esse percentual é alto se comparado com anos anteriores, mas ainda corresponde a um valor pequeno do programa como um todo. “O Pronaf é um programa robusto, é um dos maiores que nós temos de crédito rural. Esses 32% de contratos das mulheres abarcam apenas 17% do volume total do programa”, pontua Stela Herschmann. Ela revela que o valor médio dos contratos das mulheres é menor e representa menos da metade do valor médio dos contratos dos homens. “Muitos são os elementos que podem explicar esse achado. Uma hipótese é que as propriedades [menores e dirigidas por mulheres] tenham menos a oferecer como garantia de crédito”, explica. No entanto, a especialista reitera que, ao analisar a linha Pronaf Mulher, na prática, houve uma redução do valor desde 2015. “Há muito mais mulheres pegando empréstimo em outras linhas do Pronaf do que na linha Pronaf Mulher”, analisa.

No entanto, para inúmeras mulheres, o acesso ao Pronaf Mulher pode ter sido a primeira experiência e o contato mais direto com as agências e o ambiente financeiro bancário². Isso sugere que o crédito agrícola, por meio desse programa, tenha sido um importante mecanismo de conquista de espaço público³. Essas medidas abriram novas oportunidades para as mulheres se empoderarem no meio rural em diferentes estratos de produtores, principalmente entre os mais pobres.

O que os dados mostram?

Conforme o CPI/PUC-Rio, para o ano agrícola 2019-2020, o valor total dos contratos de crédito rural foi de cerca de R\$ 189 bilhões. Desse montante,

2. Brumer e Spanevello (2011).

3. Hernández (2015).

77,5% foram destinados a pessoas físicas (R\$ 147 bilhões). A separação dos contratos para pessoa física por sexo revela a baixa participação das mulheres no mercado de crédito rural. Como apontado por Herschmann, mesmo apresentando 27% do número total, o valor desses contratos representa apenas 15,5% do montante total emprestado a pessoas físicas, o que indica que os empréstimos médios concedidos às mulheres são menores.

Tabela 1 - Brasil: concessão de crédito rural, por sexo (2014-2015 a 2019-2020) (em R\$)

	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020
Valor médio do total de contratos de crédito	42.609,81	48.950,18	51.421,56	57.967,26	69.946,68	77.116,74
Masculino	48.292,23	55.584,22	59.851,34	67.816,34	80.587,28	89.284,29
Feminino	25.816,41	29.380,13	28.796,20	31.840,85	40.424,49	44.289,16
Valor médio do Pronaf	12.238,36	12.510,51	13.748,96	14.191,85	16.485,23	18.938,47
Masculino	14.555,60	14.933,91	16.884,21	17.413,44	20.055,49	23.107,42
Feminino	6.698,98	6.753,84	6.981,42	7.418,81	8.718,54	10.007,12
Valor médio do Pronamp	74.456,91	102.340,24	106.831,13	118.302,35	133.873,97	150.371,00
Masculino	73.051,73	100.703,62	104.989,46	115.971,76	130.151,11	145.405,49
Feminino	82.858,08	112.454,62	117.605,83	132.666,34	156.108,80	181.172,60
Valor médio das demais linhas de crédito	148.068,55	170.306,48	188.054,18	210.935,07	235.773,55	292.516,93
Masculino	145.993,26	167.210,30	185.319,11	208.522,55	232.908,24	288.080,43
Feminino	161.150,80	190.396,39	205.663,84	226.535,42	253.999,21	320.963,14

Fonte: Sicor/BCB, 2021.
Elaboração: CPI/PUC-Rio.

Na análise por tamanho de produtor, ao longo de seis anos-safra (2014-2015 a 2019-2020), observamos uma participação maior de mulheres em pequenas propriedades. Utilizando o Pronaf como *proxy* para empréstimos a pequenos produtores, em média, 31% dos contratos foram tomados por mulheres (representando apenas 16% do montante total do programa).

No entanto, o mesmo não é observado para médias e grandes produtoras. Para o primeiro grupo, identificado por meio dos empréstimos do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (Pronamp), os valores dos contratos tomados por mulheres foram, em média, 14% maiores que o valor médio tomado pelos produtores homens. Já para o segundo grupo, essa diferença no valor médio é de 10%. Nota-se, ainda, que o número de contratos para elas é consideravelmente menor: em média, apenas 14% dos contratos do Pronamp foram tomados por mulheres. “No Pronamp, que é para médio produtor, o valor médio dos contratos das mulheres foi maior que o dos homens na safra 2019-2020. E nós observamos que, em todos os anos agrícolas representados, o valor médio dos contratos das mulheres no Pronamp também foi maior que o dos homens. O que sabemos é que foi destaque naqueles anos de 2019-2020”, salienta Priscila Zeraik de Souza.



Pronaf e Pronamp

O Pronaf, crédito associado aos pequenos produtores, é o programa com maior ganho em área de floresta. O aumento desse crédito resulta em conversão de pastagens em áreas de cultivo e na diminuição da área total de agropecuária, evidenciando que o crédito gera uma produção mais intensiva e reduz as pressões de desmatamento. Em contrapartida, esse efeito positivo sobre a área florestal não é observado na linha de crédito do Pronamp, programa associado aos médios produtores, assim como nas linhas Poupança Rural com Recursos Controlados e Poupança Rural com Recursos Obrigatórios. Nesse cenário, junto ao BCB, objetiva-se criar instrumentos e dispositivos dentro do SNCR para aumentar o nível de sustentabilidade das propriedades por meio do crédito subsidiado e dirigido para os produtores que adotarem práticas agrícolas para reduzir a pressão da produção agropecuária sobre o ambiente.⁴

De acordo com dados do Sicor/BCB de 2021, o total do valor financeiro dos contratos do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) no Brasil em 2020 foi de quase R\$ 2,25 bilhões. As regiões Centro-Oeste e Sudeste foram as que mais captaram recursos desse programa: 34% e 22%, respectivamente. As contratações em volume financeiro feitas pelos homens são muito superiores em relação às mulheres, correspondendo a 85% e 15%, respectivamente. Além disso, o valor médio dos contratos dos homens (R\$ 492.702,67) é levemente superior (7%) que o das mulheres.

Depois de o Plano Safra criar uma linha de crédito específica para as mulheres pelo Pronaf, foi a vez de implementar uma estratégia mais sustentável: o Plano ABC. O ABC foi desenvolvido em 2010-2011 para financiar as tecnologias de baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE). Na Cartilha 2 desta série, esse programa está descrito com mais detalhes.

Desde então, o crédito rural tem sido utilizado como um instrumento de incentivo à regularização ambiental por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Pagamento por Serviços Ambientais, que são descritos nas cartilhas 1 e 9 desta série.

4. Souza, Herschmann e Assunção (2020); Assunção e Souza (2020).

Perfil das mulheres

“

O que observamos, no geral, é que, quando as mulheres estão à frente [de propriedades], elas estão à frente das pequenas. Isso faz com que, em termos de volume, o contrato médio delas seja menor. Nas propriedades maiores, o percentual de mulheres é irrisório.

”



Priscila Zeraik de Souza

“

A região Nordeste é a que tem mais mulheres contratando crédito, quando comparada às demais localidades. Nessa região, por exemplo, 43% do número de contratos é feito por mulheres, o que não ocorre quando analisamos o Sul, com um pouco mais de 12%, o Centro-Oeste, com 17%, e o Norte, com 18%. Observamos que, de fato, a região Nordeste é diferente das demais. No entanto, isso não se reflete no valor dos contratos: há uma discrepância ainda maior na análise. Isso também reforça que, mesmo na região onde existem mais mulheres pegando crédito, o valor ainda é bem mais baixo.

”



Stela Herschmann

EDUCAÇÃO COMO UM CAMINHO PARA O EMPODERAMENTO DE MENINAS E MULHERES

“A educação é que vai dar a direção para onde as mulheres vão.”

Thaís Fontes

A educação tem um valor intrínseco para todas as pessoas, mas, principalmente, para as mulheres. Em várias esferas da vida – social, econômica e política, por exemplo –, elas são o público que correntemente apresenta desvantagens em vários pontos de vista em relação aos homens. Só que elas não são minoria. É importante pontuar que os papéis de gênero são aprendidos nos processos de socialização e institucionalizados por meio de sistemas educacionais, políticos e econômicos, legislação, cultura e tradições. E a educação pode ser uma janela para ampliar os horizontes que são apresentados para elas. Ainda hoje, as áreas rurais têm estruturas majoritariamente patriarcais, e as relações intrafamiliares e hierárquicas dificultam a participação desse grupo nas esferas produtiva e pública e, sobretudo, na liderança da atividade principal da propriedade rural, mesmo que a mulher execute a maior parte do trabalho na esfera da propriedade ou fora dela (comercialização, associações, sistema de crédito e outros).

E esse contexto relacionado à educação também é um importante fator para entender a dinâmica relacionada à distribuição do crédito no Brasil e à direção das propriedades rurais, como nos explica Priscila Zeraik de Souza, especialista do CPI/PUC-Rio. “Para termos uma igualdade de gênero, precisamos, certamente, trazer as pessoas para o sistema educacional, porque muitas medidas, a exemplo do Pronaf Mulher, atuam já em cima de um sistema que está todo torto lá do início”, enfatiza. Ela defende que um sistema educacional eficiente tem o poder de reter meninas e mulheres na escola, com um horizonte sólido para a qualificação, inclusive com incentivos à permanência em escolas técnicas, como a de agronomia. “Nos ensinos fundamental e médio, por exemplo, já há muita evasão de meninas por diversos motivos, como uma



gravidez, ou para ajudar no trabalho doméstico, sobretudo em regiões mais desiguais. Se conseguirmos solucionar isso e trazer (e manter) essas meninas para a escola, certamente teremos um grande impacto. Mas é uma questão de longo prazo”, argumenta.

Thaís Fontes, gerente da área de sustentabilidade no Rabobank – banco que opera há trinta anos no país exclusivamente com crédito para atividades do agronegócio e de alimentos –, também concorda com esse papel da educação. “Eu creio que a educação é que vai dar a direção para onde as mulheres vão. E não é para quem já está se formando, não. A educação é a educação básica, é alcançar essas meninas de escolas rurais, meninas de cidades que são polos

agroindustriais, e desde sempre mostrar que elas podem ser o que quiserem, inclusive produtoras rurais”, finaliza.

Se a educação formal é o poder capaz de promover uma mudança ainda mais substancial no campo, os dados da tabela 2 mostram que os desafios ainda são grandes: no MATOPIBA, 72,5% das mulheres dirigentes de estabelecimentos rurais têm até o ensino fundamental incompleto, sendo 29% analfabetas. O importante papel no processo produtivo, a partir de uma concepção de agricultura e território sustentáveis, pode ser mais facilmente conseguido por meio da aplicação do estoque tecnológico disponível, cujo aprendizado deve ser mais fácil com níveis de educação mais altos. Além disso, a educação abre portas, principalmente, para uma mudança de mentalidade capaz de proporcionar o alcance de elevados níveis de sustentabilidade e, assim, desencadear uma mudança nas relações familiares no campo, tão culturalmente e tradicionalmente estabelecidas.

Stela Herschmann lembra, no entanto, que, ainda com muitos desafios, houve um aumento importante da participação de mulheres dirigentes, quando consideramos o censo agropecuário, sobretudo por ele ser autodeclaratório. Norte e Nordeste foram as duas regiões em que a participação de dirigentes mulheres mais aumentou. “O Norte – porque praticamente não havia participação antes, então, qualquer variação é uma variação muito grande – e o Nordeste formando os dois destaques quando comparamos os censos agropecuários daqueles anos [2006 e 2017]”, analisa.

Tabela 2 - Municípios do MATOPIBA: escolaridade das dirigentes mulheres de estabelecimentos agropecuários (em %)

Regiões	Analfabetas	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Ensino médio	Ensino superior
Tocantins	26,8	38,9	2,3	22,5	9,5
Maranhão	29,7	45,8	1,6	18,2	4,6
Piauí	33,3	41,6	1,3	16,8	6,9
Bahia	28,3	44,5	1,9	21,3	4,0
MATOPIBA	29,0	43,5	1,8	19,8	5,9

Fonte: IBGE (2019).

“Fora da porteira”: crédito e desafios na sucessão familiar

“Sustentabilidade virou tema discutido inclusive pela área comercial. Nós estamos trabalhando juntos para falar que a sustentabilidade não é só risco. Sustentabilidade pode gerar oportunidades de negócio.”

Thaís Fontes

Thaís Fontes, que atua de “fora da porteira”, aponta que a maior parte dos clientes do banco, não só do MATOPIBA, é de propriedades lideradas por homens. “Ainda são poucas as clientes mulheres”, pontua. Na instituição, há um diálogo muito grande e uma atenção muito especial no programa de sucessão que é oferecido aos clientes. Todos eles têm um acompanhamento que prossegue até a capacitação da próxima geração para assumir as propriedades. No campo, a sucessão familiar é tema altamente importante para entender a dinâmica e o perfil de propriedades rurais. E as instituições financeiras, assim como o Rabobank, têm direcionado esforços nessa direção.

Os empreendimentos agropecuários no mundo são predominantemente propriedades familiares – pequenas, médias ou grandes⁵. Numa propriedade familiar, há uma proximidade maior entre a propriedade (dono) e a gestão (gerente). Nesses casos, a propriedade é o capital da família, e os produtores têm o desejo de transmiti-la de forma segura e rentável para as próximas gerações⁶. Na sucessão do empreendimento familiar, o proprietário e o gestor costumam ser a mesma pessoa. Caso seguissemos uma racionalidade de separar quem seria o proprietário e quem seria o gestor, esse último deveria

5. Lobley, Baker e Whitehead (2010).

6. Hay e Morris (1984).

ter algumas características desejáveis para gerir o empreendimento agropecuário⁷. Na verdade, o que predomina nesse processo de sucessão é o desejo da família, principalmente do patriarca, que escolhe quem será o líder entre seus membros (que também é uma posição social). E se, por um lado, está o sucessor escolhido, por outro, está o(a) jovem, que precisa apresentar interesse também. Esse interesse mútuo varia muito: naturalmente depende de um amplo leque de condições sociais e econômicas, bem como culturais, as quais influenciam fortemente as escolhas tanto da família como do(a) jovem sucessor(a). E, mesmo com a constatação do aumento da participação de mulheres como dirigentes de empreendimentos agropecuários nos últimos vinte anos, deve-se destacar que elas são preteridas no processo sucessório. Em muitos casos, assumem por força da lei – como esposa ou única filha do

7. Gasson *et al.* (1988).



proprietário – e, atualmente, por força dos contratos sociais. Esse processo de sucessão familiar, se não for um processo estabelecido antecipadamente, pode gerar conflitos e ter como consequência o “fatiamento da unidade produtiva” entre os herdeiros, o que implica muitas vezes a perda de escala e eficiência na produção⁸.

Entendendo essa dinâmica familiar e de gestão da propriedade, o Rabobank disponibiliza um programa, o Agrolíderes, que prepara os(as) jovens do campo para assumir as propriedades. No entanto, diferentemente do que se esperava, Fontes revela que tem percebido um crescente aumento da participação de mulheres. “Por mais que seja um mercado masculino, nós já vemos muitas mulheres assumindo a liderança. Inclusive, algumas das fazendas já possuem gerentes mulheres atuando”, pontua.

Ela destaca que a presença feminina é marcante. “A minha relação com os clientes se dá nas conversas e relações voltadas para o tema de sustentabilidade. Ali percebo uma forte participação feminina”, explica Fontes.

O programa Agrolíderes, do Rabobank, foi criado há quase quinze anos para contribuir para a formação de gestores da nova geração de seus clientes, facilitando a sucessão do empreendimento rural. O Agrolíderes tem propiciado a ascensão das mulheres como sucessoras nos empreendimentos agropecuários de muitas famílias, apesar de não ser um programa exclusivo para mulheres. Elas recebem treinamento e conhecimento sobre o setor, o que colabora para aprimorar sua gestão e prepará-las para uma fase futura de sociedade entre irmãos e primos.

8. Alcântara e Machado Filho (2014).

Como é na prática?

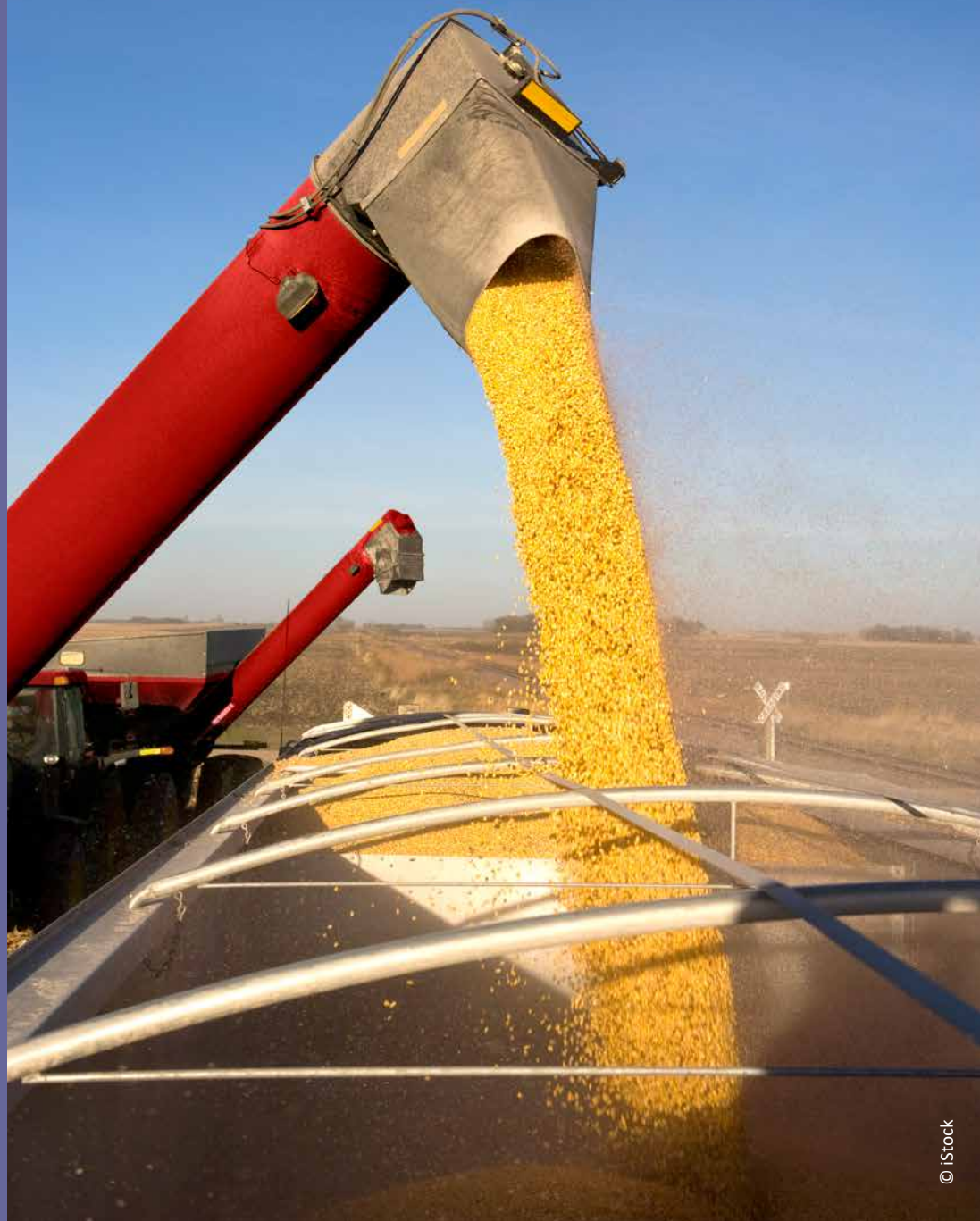
A partir do momento em que o banco identifica que determinada propriedade tem uma pessoa que está assumindo aquela fazenda, ou que vai ser a sucessora de tudo aquilo, essa pessoa é convidada para o grupo de trabalho chamado de Agrolíderes. É um programa que convida pessoas gabaritadas para dar palestras para esse time de agrolideranças. Também são feitas viagens para entender o agronegócio em outros países – África, Argentina, Austrália e Estados Unidos já foram alguns dos destinos. Tudo isso para que essas pessoas compreendam que o agro vai além daquilo que é percebido e visto localmente. Essa ampliação de visão contribui, também, para uma mitigação de risco – entender que cada cliente deve ser compreendido, estimulado e apoiado. Para o banco, é uma forma de garantir uma relação de longo prazo com o(a) produtor(a). Esse longo prazo requer créditos, pagamentos, negociações e requer identificar o que está acontecendo na propriedade. Então, a sucessão é algo altamente relevante na instituição bancária.

Elas têm capacidade de chegar aonde quiserem, e podem ter muito sucesso dentro da sua atuação no negócio. E existem vários exemplos muito legais. Há uma cliente nossa que, juntamente com a filha, gerencia a propriedade rural. Ela ficou viúva e assumiu sem saber absolutamente nada, e hoje essa propriedade é um dos exemplos do que nós podemos chamar de sustentável, integrando lavoura, pecuária e floresta. Era o marido que tomava conta, mas, como ela começou depois, veio sem muitos vieses, com mais vontade de fazer ou mudar, sem muitas amarras no passado. É um sucesso, é um case de sucesso.



Creio que muitas mulheres que acabaram assumindo o negócio da família não foram as mulheres que iniciaram aquela atividade, mas elas sucederam as propriedades.

Thaís Fontes



DESAFIOS PARA O FUTURO

Falar de acesso ao crédito no Brasil já é um desafio e melhorias são sempre necessárias. Quando olhamos para o campo, esses desafios são ainda mais pungentes. Com os dados apresentados nesta cartilha, e a partir dos relatos das nossas especialistas, percebe-se que é fundamental um reenquadramento dos instrumentos financeiros para o setor agropecuário brasileiro. Pesquisadores do CPI/PUC-Rio⁹ destacam que há três diretivas que merecem atenção.

- Um processo de intensificação da produção, com a revisão dos instrumentos financeiros de forma a possibilitar uma participação crescente de ferramentas para o gerenciamento de risco (preços, clima e pragas).
- Um melhor alinhamento entre a política de crédito rural e o Código Florestal, tomando como base a experiência da Política Agrícola Comum da União Europeia.
- Um aperfeiçoamento do desenho do sistema de crédito rural a fim de diminuir a complexidade do “emaranhado de fontes de recursos e programas, que torna a operação do sistema bastante custosa”, por meio da maior participação de bancos privados, com o objetivo de aumentar a eficiência do sistema e liberar recursos públicos para outras áreas.

A nossa atuação vem em direção à produção de análises de impactos da política de crédito rural em diversos aspectos – como uso da terra, área de pecuária, área de agricultura e área de florestas. Produzimos papers acadêmicos e extraímos as principais lições desses trabalhos para dialogar com os policy makers. Nós trabalhamos junto com o Mapa, o ME e o BCB para alinhar o crédito rural com o Código Florestal. A ideia é que os produtores com o CAR validado tenham um limite maior de crédito.



9. Assunção e Souza (2018).

Isto é, os produtores em uma rota de conformidade com o Código Florestal seriam premiados. Em 2020, houve uma resolução do CMN nessa direção. É muito gratificante poder contribuir para esse tipo de melhoria na política pública.

Priscila Zeraik de Souza

Segundo um relatório publicado pelo CPI/PUC-Rio em 2020¹⁰, os pequenos agricultores, que, na prática, expressam em grande medida o perfil de estabelecimentos dirigidos por mulheres no campo, aumentam a produtividade e intensificam a produção quando dispõem de maior oferta de crédito. Já para os grandes produtores, a oferta de crédito está intrinsecamente ligada, assim como para os pequenos, ao aumento da produção e da produtividade, “mas também está associada ao aumento das terras cultivadas e das pastagens, causando aumento do desmatamento”, destaca o documento.

Se, nas cartilhas 5 e 6 desta série, há destacadas as alternativas para uma produção de soja e de carne bovina sustentável e intensificada, em relação ao crédito oferecido no Brasil, os desafios ainda são grandes.

“O Brasil subsidia o crédito rural e, portanto, deve garantir que a sociedade receba benefícios com essa política. E oferecer esses recursos a pequenos produtores e produtoras rurais, além de ajudar a agricultura familiar, aumenta a produção e mitiga os impactos adversos sobre o meio ambiente. O direcionamento do programa de crédito rural para os pequenos produtores nos próximos anos alinha os subsídios à preservação da floresta. Além disso, os médios e grandes agricultores podem ser atendidos pelo crédito não subsidiado oferecido pelo setor bancário, especialmente no contexto de redução das taxas de juros da economia brasileira nos últimos anos. São necessários outros instrumentos e políticas para conservar o capital natural do Brasil, especialmente porque os grandes produtores ocupam a maior parte das terras da agropecuária nacional.”¹¹

10. Assunção e Souza (2020).

11. Assunção e Souza (2020, p. 2).

Outro desafio citado pelas especialistas consultadas é que há restrições importantes de crédito no país. “Se houver crédito disponível, existe uma intensificação muito grande na produção. Há de se produzir mais, em termos tanto de agricultura como de pecuária, em menos terra. Então, aumenta-se a produção agrícola e pecuária e reduz-se a área total de agropecuária, principalmente porque é possível intensificar a produção e reduzir áreas de pastagem”, explica Zeraik de Souza.

Acredita-se, assim, que uma readequação da oferta de crédito atualmente no país para o setor agro, em conjunto com medidas de políticas públicas que possam melhorar e acompanhar a formação de meninas, para que sejam elas mesmas as mulheres dirigentes de propriedades rurais no país, já é uma importante ferramenta para olhar o agora e trabalhar com a perspectiva da mudança que queremos no futuro. Outro ponto fundamental é a publicização de créditos ou como estes podem ser acessados pela população rural. A oferta de crédito é fundamental para propiciar inovação tecnológica e melhorias no campo. No entanto, necessariamente, de acordo com as avaliações das especialistas consultadas para esta cartilha, essas ações de oferta, inovação e aperfeiçoamento precisam vir acompanhadas de um menu de políticas e incentivos que tornem esse crédito efetivo e eficiente.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, N. B.; MACHADO FILHO, C. A. P. O processo de sucessão no controle de empresas rurais brasileiras: um estudo multicasos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 1, p. 139-151, 2014.

ASSUNÇÃO, J.; SOUZA, P. **Desafios financeiros e propostas para produção sustentável o Brasil**. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2YatCma>>.

_____. **Os impactos do crédito rural na produção agropecuária e no uso da terra: uma análise por linhas de crédito, tipo de produtor e finalidade do crédito**. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3gGZS6P>>.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Entre o sonho e a realidade: o crédito rural para mulheres da agricultura familiar na região Sul do Brasil. *In*: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres do meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 113-150.

DINIZ, C. C. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: Ipea, 1995. (Texto para Discussão, n. 374).

GASSON, R. *et al.* The farm as a family business: a review. **Journal of Agricultural Economics**, v. 39, p. 1-41, 1988.

HAY, D. A.; MORRIS, D. J. **Unquoted companies: their contribution to the United Kingdom economy**. London: Macmillan, 1984.

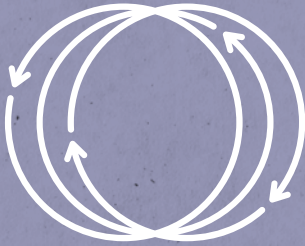
HERNÁNDEZ, C. O. Potencialidades e limites do Pronaf Mulher no processo de empoderamento das mulheres agricultoras. *In*: STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M. de; NASCIMENTO, C. A. (Org.). **Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. 1. ed. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2015. p. 123-148. v. 1.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3yhET0c>>.

LOBLEY, M.; BAKER, J. R.; WHITEHEAD, I. Farm succession and retirement: some international comparisons. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, v. 1, n. 1, p. 49-64, 2010.

VESCONI, A. P. Uma visão da política agrícola brasileira. In: AGRO EM QUESTÃO – FINANCIAMENTO PARA O AGRONEGÓCIO, 2018. **Anais...** Brasília: STN, fev. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3gLUtLJ>>.

SOUZA, P. A.; HERSCHMANN, S.; ASSUNÇÃO, J. **Política de crédito rural no Brasil: agropecuária, proteção ambiental e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3zv1Det>>.



GOOD GROWTH PARTNERSHIP

